



Implicações teórico-metodológicas da aceção de território, governança e patrimônio territorial, no processo de planejamento e gestão de perspectivas de desenvolvimento inovadoras

Valdir Roque Dallabrida¹

Submissão: 27/10/2021

Aceite: 18/02/2022

Resumo

Este texto, na forma de ensaio teórico-metodológico, propõe-se evidenciar as implicações teórico-metodológicas da aceção de território, governança e patrimônio territorial, no processo de planejamento e gestão de perspectivas de desenvolvimento, nos territórios, regiões ou municípios. Para tal, retomam-se publicações recentes, revisando os principais aportes e acrescentando novas contribuições.

Palavras-chave: Território; Governança Territorial; Patrimônio Territorial; Desenvolvimento Territorial.

Theoretical-methodological implications of territory acceptance, governance and territorial heritage, in the process of planning, and management of innovative development prospects

Abstract

This text, in the form of a theoretical-methodological essay, proposes to highlight the theoretical-methodological implications of the meaning of territory, governance and territorial heritage, in the process of planning and managing innovative development prospects, in territories, regions or municipalities. To this end, recent publications are resumed, reviewing the main contributions and adding new contributions.

Keywords: Territory; Territorial Governance; Territorial Heritage; Territorial Development.

1 Introdução

A abordagem sobre território, governança e patrimônio territorial esteve presente em reflexões teóricas de vários autores, nos anos recentes. Pessoalmente, também fiz algumas contribuições nos últimos cinco anos. O presente texto procura recorrer a tais contribuições, com o fim de relacionar a trilogia de constructos teóricos – território, governança e patrimônio territorial -, com a dinâmica do planejamento e gestão de perspectivas inovadoras de desenvolvimento nos territórios, regiões ou municípios.

Pela ordem cronológica, retoma-se reflexões feitas em artigo publicado em 2017 (DALLABRIDA; COVAS; COVAS, 2017), no qual afirma-se que há uma relação intrínseca entre inovação, desenvolvimento e espaço urbano, desde as abordagens teóricas clássicas até as

¹ Doutorado em Desenvolvimento Regional (UNISC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná (UFPR). <https://orcid.org/0000-0003-2927-960X>. E-mail: valdirdallabrida@gmail.com

contemporâneas. No entanto, as variadas abordagens diferem quanto aos fatores decisivos da inovação. Assim, levantava-se uma questão instigante: em que contribuíram tais abordagens para avançarmos enquanto civilização, ou seja, até que ponto a relação triangular, apesar de necessária, é suficiente? Afirma-se no artigo que essa relação não pode ser simplesmente instrumental e/ou funcional, uma vez que a cidade pode gerar inúmeras disfunções, quer no seu interior, quer no seu entorno territorial. Quer dizer, temos uma cidade criativa e tecnologicamente avançada, mas temos, também, uma cidade desigual, guetizada e civicamente pobre. Por causa desse aparente paradoxo, o texto propõe um padrão de desenvolvimento integrador, mais inteligente, mais inclusivo, mais eclético, ou seja, eticamente mais responsável perante os seus cidadãos.

Em outro artigo publicado de 2019 (COVAS; COVAS; DALLABRIDA, 2019), o foco principal são os signos distintivos territoriais¹, afirmando que os mesmos podem contribuir decisivamente para a construção da iconografia de uma região ou território, a reafirmação da sua marca impressiva territorial e estímulo ao desenvolvimento. Parte-se da premissa que, com base nos signos distintivos territoriais, podemos aspirar a desenhar um território-rede com inteligência coletiva própria e encontrar para ele um ator-rede catalisador. O ator-rede deste território-rede [região ou cidade] será o protagonista principal desta nova inteligência coletiva e de uma identidade em construção. Este processo cognitivo e criativo de construção do território-rede é designado de smartificação do território². Para efeitos de observação, nesta publicação, foram escolhidas experiências de Denominações de Origem Protegida (DOP) da região do Alentejo, em Portugal. Assim, defende-se no artigo que os signos distintivos são uma parte essencial da cadeia de valor da região ou território, cujo desafio desta nova fase consiste em encontrar um modelo de smartificação que respeite o território como paisagem orgânica global, mantendo-se compatível com uma lógica mais horizontal dos agroecossistemas.

No terceiro artigo (DALLABRIDA, 2020a), ressalta-se que “significar territórios” refere-se ao ato de atribuir-lhe uma marca convencionada para distingui-los como recortes espaciais específicos, incluindo sua gente, suas tradições históricas, suas formas de sobrevivência e/ou seus produtos diferenciados, como estratégia de reafirmação das especificidades do território e

¹ Nos principais dicionários da língua portuguesa, consta que signo é sinônimo de sinal. Já a referência ao termo distintivo, refere-se a um sinal ou signo que serve para estabelecer distinção ou diferença, de algo em relação aos seus assemelhados. Assim, como os signos ou sinais aos quais se faz referência, têm uma ancoragem territorial, utiliza-se o termo “signos distintivos territoriais”.

² A smartificação do território inscreve-se no movimento geral de digitalização dos objetos (naturais e culturais) de um determinado território, mediante a intensificação do uso de tecnologias de inovação e comunicação (COVAS; COVAS; DALLABRIDA, 2019).

sua identidade. Parte-se da premissa de que as possibilidades de ampliar a competitividade de territórios ou regiões aumentam, dependendo da capacidade de organização socioterritorial, qualidade e características específicas dos produtos que oferecem ao mercado. Teve-se o propósito de refletir teoricamente sobre o tema em referência, além de apresentar uma proposta metodológica para ser utilizada na investigação em experiências de associativismo territorial. Conclui-se no texto que, significar territórios, implica em reafirmar a valorização da dimensão territorial nos processos de desenvolvimento.

Os estudos teórico-práticos sobre inovação e sua relação com o desenvolvimento de territórios, regiões ou municípios se complementam em outro artigo em que se retoma o tema da inovação territorial (DALLABRIDA, 2020b). Neste texto, parte-se da constatação que o debate teórico sobre inovação e sua relação com o desenvolvimento, geralmente com foco no espaço urbano, tem resultado em diferentes abordagens, por exemplo, sobre cidades inteligentes. Observa-se que tais abordagens são passíveis de críticas, como o fato de suas prerrogativas ou “promessas” não serem replicáveis, sua ênfase excessiva ao argumento do desenvolvimento urbano ser impulsionado por negócios privados em aliança com governos e sociedade, ou o fato das experiências carecerem de práticas inclusivas e participativas.

Apresenta-se a abordagem sobre território inovador ou inteligente, a qual permite avançar teoricamente, oportunizando a interação social para a tomada de decisões e a valorização e apropriação territorial do conhecimento. Complementarmente, os enfoques teóricos sobre inteligência territorial, são apresentados como uma inovadora forma de compreender os processos territoriais, produtivos e sociais, de integrar atores e suas perspectivas, visões e iniciativas, com vistas ao desenvolvimento territorial. É sobre estas questões teóricas que são feitas reflexões, tendo como ponto de referência publicações recentes, com o propósito de instigar assentimentos na direção da efetividade de uma inteligência territorial.

No início de 2020 foi publicado outro artigo (GREIN; DALLABRIDA, 2020), como resultado de um estudo preliminar em municípios interioranos. Inicia-se o artigo afirmando que a inovação e a criatividade são consideradas por enfoques teóricos, como de fundamental importância nas estratégias de desenvolvimento. Assim, estratégias de marketing territorial e branding de território, dentre outras, podem ser consideradas inovadoras, na medida em que estejam integradas a um processo de desenvolvimento (local, regional ou territorial) que tenha como perspectiva avançar em termos da tradicional prática de planejamento regional ou urbano. No

entanto, apesar dos avanços propalados por tais enfoques, questiona-se no artigo sobre sua difusão territorial.

Com o propósito de refletir sobre o tema, realizou-se uma pesquisa exploratória em municípios interioranos, utilizando-se como variável principal as informações disponíveis em sites de município. A investigação realizada permitiu afirmar que os avanços preconizados por abordagens teóricas, tais como, sobre marketing territorial, branding de território, cidades inteligentes ou criativas, pouco são observados em âmbitos espaciais interioranos, ou seja, a inovação territorial não é difusa territorialmente.

Os cinco artigos acima referidos fazem parte de um conjunto de reflexões que tangenciam o tema inovação, cada um deles destacando uma das dimensões, transitando entre abordagens teóricas e análises de experiências, mas tendo como foco o planejamento e gestão territorial. A síntese e complemento destas cinco publicações foram publicadas em livro (DALLABRIDA, 2020c), o qual está estruturado em quatro partes: (i) uma reflexão sobre o território, como espaço da ação coletiva na definição de seu futuro; (ii) a apresentação de aportes metodológicos para o planejamento de estratégias de desenvolvimento localizadas; (iii) o esboço de uma proposta de planejamento de ações em prol do desenvolvimento territorial, apresentando o território e seu patrimônio territorial como referência e a aceção sobre governança territorial como método para a ação coletiva no território, além de eixos e variáveis a serem consideradas no processo de planejamento; (iv) uma abordagem sobre a perspectiva da inovação no planejamento territorial, destacando alguns aportes sobre inovação e desenvolvimento e indicando a inteligência territorial como referência; (v) por fim, algumas reflexões conclusivas.

O texto do referido livro, além de se focar em aportes metodológicos para o planejamento de estratégias de desenvolvimento localizadas, traz outras contribuições que têm uma forte relação com o tema do planejamento e gestão territorial. Refiro-me a dois aspectos: (i) os elementos estruturantes do que seria uma cidade, uma região ou território inteligente; (ii) um modelo conceitual de Inteligência Territorial e aspectos para sua operacionalização (DALLABRIDA, 2020c). Penso que estes indicativos são de fundamental importância, como uma inovação necessária a ser considerada pelos planejadores e administradores públicos e privados³.

Estas reflexões introdutórias pretendem ser referências para atender ao propósito central deste texto, o qual, além da introdução, está estruturado em mais cinco seções: (i) o caminho metodológico; (ii) uma base teórica sobre território e abordagem territorial; (iii) aportes sobre

³ Retorna-se a este tema na sequência do texto.

governança territorial; (iv) uma síntese abarcativa relacionando território, governança, patrimônio territorial na dinâmica territorial do desenvolvimento, com as categorias de análise geográfica propostas por Santos (1997), além (v) das considerações finais.

2 O caminho metodológico

O presente texto assume o caráter de ensaio teórico, resultante da retomada de reflexões contempladas em publicações pessoais e de outros autores, que tratam da trilogia de constructos teóricos, território, governança e patrimônio territorial, e sua relação com a dinâmica de planejamento e gestão do processo de desenvolvimento.

Como recursos metodológicos, em especial, utiliza-se a revisão da literatura, tendo como critério de seletividade sua relação intrínseca com a temática aqui abordada e a contribuição na estruturação de indicativos para orientar a reflexão e a ação coletiva no planejamento e gestão territorial, na perspectiva da prospecção de perspectivas inovadoras de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência e a aceção de governança territorial como método.

3 Do território a uma base teórica que justifica seu foco no debate sobre desenvolvimento

O conceito território, bem como o debate sobre abordagem territorial do desenvolvimento, nas últimas décadas tornou-se um modismo seu uso, nem sempre, com o sentido adequado. Por isso, muitos autores têm se ocupado em fazer esclarecimentos para aclarar o debate.

Segundo Schneider e Tartaruga (2004), entre as razões da reafirmação da abordagem territorial, resulta, primeiro, da profusão da literatura que interpreta o contexto das transformações societárias do final do Século XX e início do Século XXI, como resultado da crise do fordismo e do processo de reestruturação do capitalismo, caminhando para o que Piore e Sabel chamaram de “acumulação flexível”. Isso teria permitido a descentralização de plantas industriais, juntamente com a flexibilização do processo de produção, a exemplo da estratégia da terceirização, formando-se nas áreas menos dinâmicas, aglomerados produtivos, chamados de distritos industriais, sistemas produtivos locais ou regionais, dentre outras denominações. Como resultado, ampliou-se o entendimento de que os processos de crescimento industrial que apresentavam melhores indicadores eram aqueles que estavam assentados em dinâmicas territoriais específicas.

De acordo com Schneider e Tartaruga (2004):

“A segunda razão que favoreceu o interesse pela abordagem territorial está relacionada aos aspectos políticos e institucionais que derivam, basicamente, da crise do Estado e da perda crescente de seu poder de regulação”, caracterizada pela sua incapacidade de “[...] regular e interferir na economia privada, especialmente, a partir da ampliação da capacidade da economia capitalista de ajustar, em escala planetária, a interdependência entre as condições de tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias” (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 108).

As novas tecnologias de base microeletrônica e telemática (telecomunicações e informática) contribuíram decisivamente para a consolidação do processo de globalização ou mundialização que caracteriza a sociedade e a economia contemporânea. Como resultado, o Estado passou a sofrer sucessivas alterações nas suas funções e incumbências, deixando de ser indutor do desenvolvimento, para ser regulador, alterando seu caráter centralizador, permitindo a participação das diversas instâncias e organizações da sociedade civil (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

Uma análise mais detalhada mostra que o enfoque territorial é permeável às noções de governança (interação e regulação entre atores, instituições e Estado) e de concertação social ou coordenação de interesses de atores que transcorrem em um espaço determinado que é o território. Tanto a governança como a participação passam a ser entendidas como de fundamental importância para determinar o novo papel das organizações e instituições locais (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 109).

Sobre território, Coulert e Pecqueur (1994) já reafirmavam que o mesmo se tornou uma variável crucial para explicar as diferentes dinâmicas espaciais. Isso, pois, “As condições históricas e culturais e as características socioeconômicas das diversas regiões jogam um papel importante, sua diversidade explica em grande parte as diferenças de trajetórias de desenvolvimento [...]”. Assim, o espaço deixa de ser apenas suporte, torna-se território, como ponto de reencontro dos atores do desenvolvimento, “[...] o lugar de reencontro entre formas de mercado e as formas de regulação social” (p. 470).

De Raffestin (1993), dentre outras contribuições do autor sobre a atualização da noção de território, depreende-se sua dimensão relacional. O autor entende o território como manifestação espacial de poder, fundamentada em relações sociais determinadas por ações e estruturas concretas (energia) e simbólicas (informação). Portanto, o território resulta de

relações entre atores, ressaltando sua integração relacional. Para Raffestin (2015, p. 11), o território “[...] é o conceito mais eminentemente geográfico que cristaliza as realidades materiais e imateriais que os homens manipulam em todas as suas relações de poder”.

A dimensão espacial/territorial, portanto, deixa de ser suporte e torna-se um elemento de organização produtiva, que vai influir nas estratégias dos atores e firmas (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004). Segundo Pecqueur (1989), do ponto de vista material e produtivo, os territórios assumem o caráter de sistemas produtivos locais, territorializam o lugar, abrangendo não apenas a dimensão econômica e material, mas também cognitiva, as formas imateriais que envolvem as relações humanas (reciprocidade, cooperação, concordância, conflito...). Neste sentido, “[...] constituem-se em espaços particulares que permitem operar uma mediação entre o indivíduo e o exterior” (PECQUEUR, 1992, p. 84).

Mesmo que já se tenha renunciado o fim dos territórios, autores já apregoaram o retorno ao território, especialmente em duas obras: Santos (1994), com o texto O retorno do território, e Pecqueur (2009), com o texto A guinada territorial da economia global. Ambos se referiam à necessidade de revalorização da dimensão territorial, o primeiro, propondo a construção de novas horizontalidades (espaço de todos), a partir da base da sociedade territorial, que permitissem encontrar novos caminhos, o segundo, fazendo menção à possibilidade de avançar da vantagem comparativa à vantagem diferenciadora. Ou seja, transformar as especificidades territoriais, consideradas usualmente vantagens comparativas, em uma vantagem diferenciadora.

Outra publicação, *Un sentido global del lugar* (MASSEY D.; ALBERT, A.; BENACH, N., 2012), resume os principais debates teóricos de uma das autoras da Geografia crítica, Doreen Massey, a qual ressalta as relações entre a dimensão espacial, a natural e a social, abordando as singularidades do lugar. O lugar é entendido como uma realidade social e histórica, uma manifestação da dinâmica das relações sociais, econômicas globais, no local. Assim, os lugares são entendidos como espaços de encontro, onde se manifestam as mudanças e vínculos dinâmicos entre sujeitos e grupos de culturas distintas e distantes, repercutindo em determinado lugar. Portanto, segundo a autora, o processo de globalização, não só não anula o lugar, como intensifica seu sentido (MASSEY, 2008; MASSEY, ALBERT e BENACH, 2012).

É importante salientar que o território é a arena do jogo de diferentes interesses sociais, políticos e geográficos, resultando nos processos de ocupação, formação e reprodução do espaço. Trata-se de processos que, segundo indica Saquet (2015), viabilizam, muitas vezes com crueldade, o exercício do poder por um determinado grupo social em um momento espaço-

temporal concreto, ou seja, em cada tempo e lugar, em favor de seus interesses grupais. Complementarmente, o autor associa-se a outros que consideram o território uma construção social, histórica, relacional, de grupos sociais. Para Saquet (2015, p. 45):

O território é resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas.

Isso exige que as organizações sociais estejam sempre alertas, para que a defesa dos interesses da maioria da população seja respeitada, tanto em quaisquer ações de intervenção territorial, quanto nas políticas de desenvolvimento pensadas territorialmente.

Sobre a acepção de território, Haesbaert (2007) aponta quatro vertentes utilizadas na Geografia: política, cultural, econômica e naturalista. Sob o ponto de vista da vertente política ou jurídico-política, território refere-se a um espaço delimitado e controlado por relações de poder do Estado, que busca organizar o território como elemento da soberania estatal. Na vertente cultural ou simbólico-cultural o território é visto como produto da apropriação, da valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido, a partir de determinado significado individual e social.

De acordo com Haesbaert (2007), na vertente econômica, o território é concebido enquanto dimensão espacial das relações econômicas. Neste caso, o território é concebido como fonte de recursos. E a vertente naturalista sobre território se baseia no entendimento exclusivo das relações entre a sociedade e a natureza, seja ela entre o homem e o ambiente físico, ou da relação comparativa do comportamento do homem e dos animais para exercerem a territorialidade.

No entanto, Haesbaert (2007) defende uma perspectiva integradora e relacional em relação à acepção de território, segundo a qual se considera que as relações sócio-históricas ocorrem no espaço em um determinado tempo, sendo o território fruto de uma relação complexa entre os processos sociais e o espaço material. Segundo essa perspectiva é possível entender o território como movimento, fluidez, interconexão, dando origem aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). O que denominamos de desenvolvimento territorial, de certa forma, resulta de processos TDR.

4 A governança territorial no processo de construção social dos territórios

Ao compreender o território como uma construção social, histórica, relacional, de grupos sociais (SAQUET, 2015), fruto de uma relação complexa entre os processos sociais e o espaço material (HAESBAERT, 2007), que dá origem às diferentes formas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, insere-se nesta compreensão o que se passou a chamar de governança territorial.

Se verificarmos os princípios estruturantes da acepção de governança, os mesmos podem ser classificados em quatro dimensões: A primeira é (i) referente aos atores territoriais, tais como as relações de subsidiariedade, a interação entre atores, a liderança, as ações de protagonismo estatal, social e empresarial e a resiliência. A segunda dimensão, é (ii) referente aos processos de decisão, sendo os princípios da representatividade, ancoragem democrática, reciprocidade, cooperação e interdependência, transparência, flexibilidade e governabilidade. Na terceira dimensão, (iii) os princípios da descentralização de políticas, da integração horizontal e vertical e da eficácia de políticas, têm relação com a coordenação de políticas nos processos de governança. Por último, (iv) os princípios do atendimento à pluralidade, do partilhamento de objetivos e metas, da aprendizagem interativa, do empoderamento dos atores, da territorialização dos processos de desenvolvimento e da gestão territorial integrada, referem-se aos resultados dos processos de governança territorial (DALLABRIDA, 2015)⁴. Tais princípios designam as diferentes configurações em que se expressam as práticas de governança nos territórios, ou melhor, de governança territorial.

Para melhor compreensão, buscamos em DALLABRIDA (2015, p. 325), uma síntese da acepção sobre governança territorial:

A governança territorial corresponde a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que dá prioridade a uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais. No entanto, esse processo inclui lutas de poder, discussões, negociações e, por fim, deliberações, entre agentes estatais, representantes dos setores sociais e empresariais, de centros universitários ou de investigação. Processos desta natureza fundamentam-se num papel insubstituível do Estado, numa noção qualificada de democracia, e no protagonismo da sociedade civil,

⁴ Além do autor mencionado, é necessário mencionar uma plêiade de autores em que o mesmo busca contribuições, por exemplo: Rhodes (1997); Stoker (1998); Mayntz (2001); Blanco e Comà (2003); Kooiman (2003); Brenner (2004); Brugué, Gumà e Subirats (2005); Farinós (2005); Sørensen e Torfing (2005); Jessop (2006); Ferrão (2010); Romero e Farinós (2011); Bewir (2011); Weale (2011); Farinós (2015).

objetivando harmonizar uma visão sobre o futuro e um determinado padrão de desenvolvimento territorial. O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população.

A governança relaciona-se às duas dimensões da atividade política: (i) a *policy*, ou seja, as formas de organização territorial e de administração do Estado; (ii) a *politics*, como a forma como se repartem responsabilidades e se tomam as decisões pelos atores institucionais da política. Se a primeira dimensão corresponde ao enfoque da governança como estrutura ou precondição, a segunda, se aproxima à sua consideração como processo, ou seja, a forma como se governa. Deste ponto de vista, a governança faz referência às novas práticas de governo inovadoras que contribuem para superar as limitações dos modos tradicionais e poder enfrentar melhor novas demandas que surgem, com o objetivo de melhorar as rotinas na tomada de decisão, a fim de maximizar os efeitos das políticas com impacto na sociedade e nos territórios (FARINÓS, 2008).

5 Território (estrutura), governança territorial (processo), patrimônio territorial (forma) e desenvolvimento (função), na dinâmica territorial do desenvolvimento

Como último passo da reflexão oportunizada neste texto, propõe-se relacionar as categorias de análise geográfica propostas por Santos (1997), estrutura, processo, forma e função, à dinâmica territorial do desenvolvimento, com base na aceção das categorias conceituais mencionadas. Santos (1997) caracteriza assim as categorias de análise do método geográfico: (i) a estrutura, implica a interrelação de todas as partes, como o mundo das organizações e da produção; (ii) o processo, como uma ação contínua, direcionando-se a um resultado qualquer, implicando na noção de tempo, continuidade e mudança; (iii) a forma, como o aspecto visível de algo, como um arranjo espacial; (iv) a função, como o que se espera de uma forma.

Como os processos são heterogêneos em cada fração do espaço, resultam subespaços, que são os lugares, as regiões e os territórios, com configurações próprias. A diferença entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção, como uma forma particular de organização do processo produtivo, sendo que sua concretude abrolha sobre uma base

territorial historicamente determinada, nos diferentes recortes espaciais, os territórios (SANTOS, 1982).

Os diferentes arranjos espaciais dos modos de produção, configuram-se como estruturas territoriais (inter-relações entre sociedade-natureza-organizações-meios de produção), por meio de práticas que definem as formas de organização territorial, de administração do Estado e como se repartem responsabilidades e decisões pelos atores institucionais, representando a forma como se governa (FARINÓS, 2008). Tais processos, são representados pelas práticas de governança territorial (Figura 1).

Figura 1 - Uma interpretação geográfica do processo de desenvolvimento territorial



Fonte: Dallabrida (2020d, p. 71).

Resulta de tais processos, um determinado arranjo territorial em cada momento da história, compreendendo o conjunto de ativos e recursos territoriais, constitui-se na forma assumida, ou seja, no patrimônio territorial⁵.

Segundo DALLABRIDA (2020e):

O patrimônio territorial é aqui concebido como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural, na relação com o entorno ambiental. Inclui tanto os

⁵ Alguns autores seminais sobre o tema: Poli (2019); Tarsi (2019); Dematteis & Magnaghi (2018); Calderón y García Cuesta (2016); Magnaghi (2003; 2015); Miroslawa y Córdoba Aguilar (2004).

elementos herdados do passado longínquo, quanto os que se sobrepõem ao território constantemente.

Portanto, seguindo o raciocínio de DALLABRIDA (2020d, p. 71), pode-se fazer a seguinte interpretação comparativa:

[...] (i) o território, como estrutura, representada pelo conjunto integrado das organizações e dos sistemas natural e produtivo e suas relações; (ii) a governança territorial, como processo, ou seja, a ação coletiva e compartilhada no embate sociopolítico que ocorre territorialmente para definir estratégias e planos sobre o futuro desejável; (iii) o patrimônio territorial, como forma, ou seja, o arranjo espacial resultante de adaptações ou imposições definidas no embate sociopolítico, e (iv) o desenvolvimento territorial, como função, representando a imagem coletiva do que se espera do arranjo espacial e seus componente materiais e imateriais, tendo a materialidade da paisagem (o que pode ser percebido na atualidade) como a dimensão presente e o que é esperado, mesmo que ainda não realizado, como a utopia das pessoas envolvidas nos processos de ação coletiva que ocorrem nos territórios.

6 Considerações finais

Sintetizando as reflexões apresentadas neste ensaio teórico-metodológico, para finalizar, apresenta-se os seguintes indicativos:

1. que os processos inovativos nos territórios ou cidades não devem se restringir a um caráter instrumental e/ou funcional, uma vez que, assim sendo, se pode oportunizar a convivência de uma cidade criativa e tecnologicamente avançada, com uma cidade desigual, guetizada e civicamente pobre, o que não é desejável (DALLABRIDA; COVAS; COVAS, 2017);
2. que os signos distintivos territoriais são uma parte essencial da cadeia de valor do município ou região, cujo desafio desta nova fase consiste em encontrar um modelo de smartificação que respeite o território como paisagem orgânica global, mantendo-se compatível com uma lógica mais horizontal e sistêmica (COVAS; COVAS; DALLABRIDA, 2019);
3. que as possibilidades de ampliar a competitividade de territórios ou regiões aumenta, dependendo de capacidade de organização socioterritorial, qualidade e características específicas dos produtos que os territórios oferecem ao mercado, ou seja, da capacidade de “significar territórios” (DALLABRIDA, 2020a);

4. que o debate sobre inovação e sua relação com o desenvolvimento, deve avançar da utilização dos aportes sobre cidade inteligente, para a abordagem sobre território inovador, rumo à inteligência territorial, esta como uma inovadora forma de compreender os processos territoriais, produtivos e sociais, de integrar atores e suas perspectivas, visões e iniciativas, com vistas ao desenvolvimento territorial (DALLABRIDA, 2020b);

5. que as estratégias de marketing territorial e branding de território podem ser consideradas inovadoras, desde que estejam integradas a um processo de desenvolvimento (local, regional ou territorial) que tenha como perspectiva avançar da tradicional prática de planejamento regional ou urbano, sem esquecer da importância de sua difusão territorial (GREIN; DALLABRIDA, 2020);

6. que o planejamento regional e/ou urbano, seja efetivado na perspectiva da “gestão pública societal” (GUERRA; TEODÓSIO, 2012), mediante processos de conversações sociais, ou seja, práticas participativas e democráticas de governança territorial (DALLABRIDA, 2015), resultando na projeção das expectativas das pessoas que habitam os municípios, regiões ou territórios sobre o futuro desejado, constituindo-se no seu “projeto político de desenvolvimento territorial (DALLABRIDA, 2020c).

Estes são os seis indicativos que se recomendaria que fossem considerados pelos planejadores e administradores públicos e privados que pretendem avançar, inovando em seus municípios, no planejamento e execução de políticas de desenvolvimento de regiões ou territórios.

Referências

BEVIR, M. Governança Democrática: uma Genealogia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 103-114, jun. 2011.

BLANCO, I.; COMÀ, R. La crisis del modelo de gobierno tradicional. Reflexiones en torno de la governance participativa y de proximidad. **Gestión y Política Pública**, primer semestre, México, v. 12, n. 01, p. 5-42, 2003.

BRENNER, N. **New State Spaces**. Urban Governance and the rescaling of statehood. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BRUGUÉ, Q.; GUMÀ, R.; SUBIRATS, J. Gobernar ciudades y territorios en la sociedad de las redes. Revista del CLAD. **Reforma y Democracia**, Caracas, n. 32, Jun. 2005.

CALDERÓN, B. C.; GARCÍA CUESTA, J. L. Sources and forms of territorial heritage. **International Journal of Humanities and Cultural Studies**, v. 3, Issue 1, p. 2141-2157, June 2016.

COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M. A inteligência dos territórios: os terroirs como espaços de inovação colaborativa. **IGepec**, Toledo, v. 23, Ed. Esp., pp. 40-54, 2019.

COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.; DALLABRIDA, V. R. Os signos distintivos territoriais e a smartificação do território. Uma abordagem exploratória. **Biblio3W - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XXIV, n. 1.268, 20 de abril de 2019.

COULERT, C.; PECQUEUR, B. Districts industriels, systemes productifs, localisés et développement. **Actes du Colloque Nouveaux Dynamismes Industriels et Economie du Développement**. Grenoble: IREP, 1994.

DALLABRIDA, V. R. Significar Territórios como Estratégia de Diferenciação: Aportes Teóricos e Metodológicos. **Caderno de Geografia**, v.30, n.60, pp. 196-213, 2020a.

DALLABRIDA, V. R. Da Cidade Inteligente, ao Território Inovador, rumo à Inteligência Territorial: aproximações teóricas e prospecções sobre o tema. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, out./dez./202b.

DALLABRIDA, V. R. **Planejamento e Gestão Territorial**: aportes teórico-metodológicos como referenciais no processo de desenvolvimento de municípios, regiões ou territórios. Mafra (SC): Editora UnC, 2020c.

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR**, v. 16, n. 2, pp. 63-78, mai-ago/2020d.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, ano 18, n. 52, p. 12-32, jul./set./2020e.

DALLABRIDA, V. R. Governança Territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. 50, n. 2, pp. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R.; COVAS, M. M. C. M.; COVAS, A. M. A. Inovação, desenvolvimento e espaço urbano: uma relação necessária, mas não suficiente. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, v. 19, n. 2, p. 360-378, Maio-Ago. 2017.

DEMATTEIS, G., & MAGNAGHI, A. Patrimonio territoriale e corality produttiva: nuove frontiere per i sistemi economici locali. **Scienze Del Territorio**, n. 6, p. 12-25, 2018.

FARINÓS, J. Desarrollo Territorial y Gobernanza: refinando significados desde el debate teórico pensando en la práctica. Un intento de aproximación fronética. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 5, n. 2, p. 4-24, 16 out. 2015.

FARINÓS, J. Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda. **Boletín de la A. G. E.**, n. 46, p. 11-32, 2008.

FERRÃO, J. Governança e Ordenamento do Território. Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e Planejamento**, v. 17, p. 129-139, 2010.

GREIN, C.; DALLABRIDA, V. R. A inovação é difusa territorialmente, fato ou falácia? Estratégias de marketing territorial e branding como indicativos de inovação em municípios interioranos. **Revista Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania**, v. 4, n.6, p.37-55, junho de 2020.

GUERRA, J. F. C.; TEODÓSIO, A. D. S. S. Gestão pública societal e gestão social: análise de aproximações e distanciamentos na práxis de uma política pública. **Pensamento & Realidade**, v. 27, n. 2, p. 5-20, 2012.

- HAESBAERT, R. C. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- JESSOP, B. ¿Narrando el futuro de la Economía Nacional y el Estado Nacional?: Puntos a considerar acerca del replanteo de la regulación y la re-inención de la gobernancia. Traduzido Por María Delia Bertuzzi. **Doc. aportes adm. pública y gest. estatal**, n. 7, p. 7-44, 2006.
- KOOIMAN, J. **Governing as governance**. Londres: Sage, 2003.
- MAGNAGHI, A. La rappresentazione identitaria del patrimonio territoriale. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. (Org.). **Il mondo e i luoghi**: geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES/SGI, 2003. p. 13-20.
- MAGNAGHI, A. Mettere in comune il patrimonio territoriale: dalla partecipazione all’autogoverno”. **Glocale. Rivista molisana di storia e scienze sociali**, n. 9/10, p. 139-157, 2015.
- MASSEY D.; ALBERT, A.; BENACH, N. **Un sentido global del lugar**. Barcelona: Editorial Icaria, 2012 (Colección Espacios Críticos, Volumen 2).
- MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MIROSLAWA, C.; CÓRDOBA AGUILAR, H. El patrimonio como tema de estudios geográficos. **Espacio y Desarrollo**, n. 16, p. 28-41, 2004.
- MAYNTZ, R. El Estado y la sociedad civil en la gobernanza moderna. **Revista del CLAD - Reforma y Democracia**, Caracas, v. 21, p. 1-8, Oct. 2001.
- PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, n. 14, p. 79- 105, abril/2009.
- PECQUEUR, B. Territoire, Territorialite et Developpement. In: Coloque Industrie et Territoire, **Anales...**, IREPD, Grenoble, 1992.
- PECQUEUR, B. **Le development local**. Paris: Syros, 1989.
- POLI, D. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proativa. In: MELONI, B. (a cura di). **Aree interne e progetti d’area**. Torino: Rosenberg e Sellier, 2015, p. 123-140.
- RAFFESTIN, C. Prefácio. In: SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 9-15.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RHODES, R. A. W. **Understanding governance**. Policy networks, governance, reflexivity and accountability. Philadelphia/Buckingham: Open University Press, 1997.
- ROMERO, J.; FARINÓS, J. Redescubriendo la gobernanza más allá del buen gobierno. democracia como base, desarrollo territorial como resultado. **Boletín de la A.G.E.**, n. 56, p. 295-319, 2011.
- SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª. edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. 4. Ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 99–116, jan./dez. 2004.

SØRENSEN, E.; TORFING, J. The Democratic Anchorage of Governance Networks. **Scandinavian Political Studies, Nordic Political Science Association**, v. 28, n. 3, p. 195-218, 2005.

STOKER, G. **Governance as theory**: five prepositions. Oxford: UNESCO, 1998.

TARSI, E. Patrimonio territoriale, comunità e territori fragili nel Global South. **Scienze del Territorio**, n. 7, p. 49-156, 2019.

WEALE, A. New modes of governance, Political accountability and public reason. **Government and Opposition**, v. 46, n. 1, p. 58–80, 2011.